

 Acesso aberto

Editor

Nivaldo Calixto Ribeiro
Universidade Federal de Lavras,
Lavras, Minas Gerais, Brasil.

Elisio Custodio Brentan Junior,
Universidade Estadual do Norte do Paraná,
Bandeirantes, Paraná, Brasil.

Pareceristas

Parecerista A com identidade preservada.
Concordou em abrir o parecer sem a sua
identificação.

Maria Cleide Rodrigues Bernardino
Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do
Norte, Ceará, Brasil.

Parecerista C com identidade preservada.
Concordou em abrir o parecer sem a sua
identificação.

***Correspondência**

Ana Lúcia da Silva Araújo
analuciacs@ufsj.edu.br

Histórico

Recebido em: 16 de dezembro de 2025

Aceito em: 23 de abril de 2025

Publicado em: 4 de maio de 2026

Como referenciar

ARAÚJO, Ana Lúcia da Silva; ANASTÁCIO, Leila Aparecida. Ampliando o conceito de biblioteca inclusiva: saúde menstrual e mediação cultural da informação. *Ciência da Informação Express*, Lavras, MG, v. 7, 2026.

DOI: <https://doi.org/10.60144/v7i.2026.161>

Direitos autorais e licença pública

© 2026 Araújo, A. L. S.; Anastácio, L. A. Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição (CC BY). Você pode copiar, distribuir, remixar, transformar e criar a partir deste material, para qualquer finalidade, inclusive comercial, desde que seja atribuída a autoria, indicada a fonte e informadas eventuais alterações, sem sugerir endosso dos autores.

Dignidade menstrual e biblioteca universitária: um relato de experiência

Menstrual dignity and university library: a case report

Ana Lúcia da Silva Araújo*
Doutoranda em Educação.
Universidade Federal de São
João del-Rei, Sete Lagoas,
Minas Gerais, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-1869-8705>

Leila Aparecida Anastácio
Doutora em Gestão &
Organização do Conhecimento.
Universidade Federal do
Triângulo Mineiro, Uberaba,
Minas Gerais, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-3568-2123>

Resumo

Objetivo: Relatar a experiência de uma biblioteca universitária que passou a aceitar produtos de higiene menstrual como forma de quitação de taxas, associando a regularização de débitos à disponibilização desses itens para a comunidade. **Método:** Adotou-se uma abordagem qualitativa e descritiva, fundamentada na análise de registros administrativos da campanha, nos procedimentos operacionais adotados e nas observações realizadas durante sua execução. **Resultados:** A campanha facilitou a quitação de taxas, ampliou o acesso a serviços e materiais informacionais e promoveu a dignidade menstrual por meio da disponibilização irrestrita de produtos menstruais no ambiente universitário. **Conclusão:** A experiência evidenciou uma alternativa atrativa de gestão bibliotecária, ao conciliar preservação do acervo, regularização de pendências e ações inclusivas, fortalecendo a mediação cultural da informação e a responsabilidade social da biblioteca.

Palavras-chave: Dignidade menstrual; Práticas profissionais inclusivas; Biblioteca.

ABSTRACT

Objective: To report the experience of a university library that began to accept menstrual hygiene products as a form of fee settlement, associating the regularization of debts with the provision of these items

to the community. **Method:** A qualitative and descriptive approach was adopted, grounded in the analysis of administrative records of the campaign, in the operational procedures adopted, and in the observations carried out during its execution. **Results:** The campaign facilitated the settlement of fees, expanded access to services and informational materials, and promoted menstrual dignity through the unrestricted provision of menstrual products in the university environment. **Conclusion:** The experience evidenced an attractive alternative of library management, by reconciling preservation of the collection, regularization of pending matters, and inclusive actions, strengthening the cultural mediation of information and the social responsibility of the library.

keywords: Menstrual dignity; Inclusive professional practices; Library.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o significado das bibliotecas na sociedade esteve associado à ideia de templos guardiães do conhecimento. Muitas surgiram voltadas para um público restrito, com acesso permitido apenas a grupos elitizados, como filósofos, religiosos, burgueses, governantes e estudantes de classes privilegiadas, refletindo as estruturas sociais e culturais hierárquicas de sua época. Em determinados períodos históricos, sob influências ideológicas, políticas ou religiosas, as bibliotecas tornaram-se alvos de violências simbólicas e materiais, seja por incêndios e depredações, seja por práticas de censura e expurgo; ações que revelam tentativas de controlar a memória coletiva por meio da supressão de ideias divergentes e da imposição de narrativas hegemônicas.

Na atualidade, o significado das bibliotecas na sociedade tem sido ampliado pelos ideais de inclusão social e pela busca por uma sociedade mais justa e democrática. Para acompanhar os movimentos sociais, esses espaços têm procurado adaptar suas infraestruturas, físicas e digitais, atualizar seus acervos e promover formas de acesso mais amplas e representativas. Compreende-se, contudo, que a inclusão e a acessibilidade não se restringem às dimensões física e tecnológica, e que os princípios do Acesso Aberto e da Ciência Cidadã exigem respostas às necessidades de grupos historicamente vulnerabilizados, como a população negra, os povos indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e mulheres. Nesse sentido, as políticas

bibliotecárias têm buscado modelos de gestão orientados por práticas plurais, capazes de responder a diferentes contextos e sujeitos sociais.

Entre as pautas historicamente negligenciadas, destacam-se as demandas relacionadas às mulheres e, mais especificamente, à dignidade menstrual. A literatura evidencia que a falta de acesso a produtos de higiene adequados para o manejo do período menstrual, especialmente em situações de pobreza menstrual e diante dos estigmas associados ao tema, gera medo de constrangimento, humilhação e desconforto, interferindo diretamente no desempenho escolar e na trajetória educacional de estudantes. Apesar dos impactos negativos sobre o bem-estar e a participação plena na vida acadêmica, essa questão ainda não tem sido reconhecida como responsabilidade institucional, inclusive em contextos universitários.

Diante desse cenário, a Biblioteca do Campus Sete Lagoas (CSL), que faz parte da Divisão de Bibliotecas (DIBIB) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) adotou a iniciativa de substituir, por meio de campanhas, o pagamento de taxas decorrentes de penalidades previstas no Regulamento das Bibliotecas, realizado até então apenas por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), pela entrega de produtos de higiene menstrual. A ação buscou facilitar a regularização de pendências e promover a dignidade menstrual, mediante a disponibilização irrestrita desses produtos nos banheiros da biblioteca. Além disso, a iniciativa também contribuiu para o fomento de um ambiente de diálogo e acolhimento em torno de um tema sensível, marcado por tabus.

Este relato de experiência buscou descrever criticamente a iniciativa desenvolvida pela Biblioteca CSL, analisando seus fundamentos, métodos e impactos como prática de mediação cultural da informação e de responsabilidade social. O estudo pretende contribuir para o debate sobre políticas inclusivas no campo da Biblioteconomia e da gestão de serviços informacionais, ao evidenciar que ações locais podem tensionar modelos tradicionais de gestão e ampliar o conceito de responsabilidade social das bibliotecas. Para tanto, adota abordagem qualitativa e descritiva, fundamentada na articulação entre referencial teórico e análise da experiência institucional.

1.1 Biblioteca universitária: entre a preservação do acervo e a democratização do acesso

Na dinâmica de promoção e democratização do acesso à informação, as bibliotecas utilizam políticas de gestão voltadas tanto ao uso dos espaços físicos quanto ao acesso aos acervos, à organização das atividades e à atribuição de responsabilidades. No caso específico do empréstimo de materiais, as normas preveem sanções em situações de devolução fora do prazo, bem como em casos de perda ou dano aos itens. As penalidades mais comuns incluem pagamento de taxas, suspensão de novos empréstimos e acesso a serviços bibliotecários, além de bloqueio em trâmites acadêmicos, como expedição de diplomas, trancamento ou cancelamento de matrícula, transferências e outros processos correlatos.

Esse sistema de sanções pode ser compreendido sob duas perspectivas: a punitiva e a educativa. Entretanto, analisadas à luz dos princípios éticos e deontológicos da profissão bibliotecária, ambas revelam limites e contradições. A punitiva entra em conflito direto com os objetivos de democratização do acesso e inclusão, pois a suspensão de serviços priva a pessoa do próprio direito que a biblioteca deveria assegurar. Já a educativa, na prática, mostra-se pouco eficaz, uma vez que as infrações persistem, evidenciando que tais medidas não alteram os comportamentos de forma substantiva.

Em contrapartida, deve-se reconhecer que as sanções são necessárias, pois tem uma função essencial para a preservação do acervo, garantia de disponibilidade e circulação para maior número de interessados. Sem tais mecanismos, práticas como a não devolução ou a retenção excessiva por uma única pessoa prejudicam o direito de acesso da coletividade. Diante disso, normas que preveem multas, suspensões e restrições no âmbito acadêmico configuram-se como estratégias administrativas.

Por outro lado, tais medidas também geram impactos sociais e econômicos desiguais. Enquanto pessoas em situação econômica mais privilegiada podem sanar pendências e remover as barreiras com mais agilidade e facilidade, para aquelas em condição de vulnerabilidade socioeconômica, a mesma penalidade assume caráter excludente e humilhante, com impactos no desempenho acadêmico. Ademais, o valor da multa pode

comprometer o orçamento destinado a outras necessidades básicas. As sanções não apenas dificultam a trajetória acadêmica, mas também reproduzem desigualdades que a instituição acadêmica deveria combater.

Evidencia-se, assim, uma tensão na política de gestão das bibliotecas universitárias: a conciliação entre a preservação do patrimônio e o compromisso com o acesso pleno e equitativo. Superar essa contradição exige repensar modelos predominantemente punitivos e educativos, de modo que a gestão da circulação não se converta em mais um mecanismo de exclusão educacional e injustiça social.

As bibliotecas não podem ser estigmatizadas como um espaço para punição. Ao contrário, devem afirmar-se, primordialmente, como um lugar de acolhimento, acesso aberto e mediação da informação. Esse ideal, porém, esbarra em um dilema prático: como conciliar a missão de inclusão e acesso aberto com a necessidade de preservar o acervo? Este trabalho não pretendeu apresentar uma resposta definitiva a essa questão, uma vez que, ao menos na atualidade, é complexo vislumbrar um modelo que assegure acesso universal sem qualquer forma de contrapartida ou mecanismo de responsabilização. A busca por esse equilíbrio permanece, assim, um dos grandes desafios para a gestão bibliotecária contemporânea.

1.2 As campanhas como estratégias de gestão e ações sociais

A DIBIB/UFSJ é composta por seis unidades: três localizadas em São João del-Rei: Campus Santo Antônio (CSA), Campus Tancredo Neves (CTAN) e Campus Dom Bosco (CDB), e uma em cada campus fora de sede: Campus Centro-Oeste (CCO), em Divinópolis; Campus Alto Paraopeba (CAP), em Ouro Branco; e Campus Sete Lagoas (CSL), em Sete Lagoas. Em seu regulamento, prevê sanções e cobrança de taxas em casos de atraso na devolução, danos e perdas de materiais, onde as sanções somente eram suspensas após a quitação completa dos valores.

Para minimizar as barreiras de acesso e impactos nas atividades acadêmicas, as bibliotecas dos *campi* CAP e CSL promoviam campanhas anuais para permitir a regularização de pendências

mediante a entrega de produtos específicos, em substituição ao pagamento via GRU. Inicialmente, as iniciativas ocorriam ao fim do primeiro período letivo, próximo à chegada do inverno, e consistiam na arrecadação de vestuário adequado à estação. No entanto, por se tratar de uma ação assistencial comum e amplamente praticada por diferentes grupos nesta época do ano, o impacto social foi considerado pouco expressivo e repetitivo. Como resposta, buscou-se por alternativas para diversificação, passando a receber material escolar e produtos de higiene pessoal. Em todas as campanhas, os itens arrecadados sempre tiveram a mesma destinação: a doação a instituições assistenciais e a pessoas em situação de vulnerabilidade econômica.

Nesse contexto, as campanhas promovidas, até então voltadas à facilitação da quitação de taxas e ao apoio a instituições assistenciais, passaram, em 2022, a incorporar novos objetos de arrecadação e nova finalidade. A reflexão ocorreu a partir do relato de uma funcionária da equipe de limpeza da Biblioteca CSL sobre o descarte de recursos improvisados para higiene menstrual, nos banheiros da biblioteca. Tal narrativa trouxe à tona uma realidade cotidiana vivenciada por estudantes, mas frequentemente invisibilizada e ignorada por quem não menstrua. Diante dessa percepção, decidiu-se direcionar a campanha daquele ano para uma demanda historicamente silenciada, de modo que, pela primeira vez, a arrecadação passasse a contemplar exclusivamente produtos destinados à higiene menstrual, para que fossem disponibilizados, prioritariamente, na Biblioteca CSL.

Por se tratar de uma biblioteca setorial, a ação foi inicialmente planejada para ser realizada apenas no *campus* CSL. No entanto, sua repercussão já nos primeiros dias, despertou o interesse da comunidade dos demais *campi*, e a administração universitária solicitou sua extensão para todas a DIBIB. Como resultado, a iniciativa ganhou maior visibilidade, sendo divulgada nas redes sociais e canais de comunicação institucionais, além de alcançar a mídia jornalística externa, que destacou seus objetivos e impactos.

Em agosto do mesmo ano, a UFSJ lançou o Programa Saúde Menstrual, voltado para estudantes beneficiárias de auxílios assistenciais. No entanto, durante a condução deste relato, foi localizado edital de continuidade do programa após 2023.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No âmbito da biblioteca, a mediação da informação não se reduz à transmissão de conteúdos, mas constitui uma prática de interferência que atravessa toda a atividade bibliotecária. Almeida Júnior e Santos Neto (2017) assinalam que a mediação não é passiva e se manifesta tanto nas ações de atendimento quanto nas atividades internas da instituição. Conforme Almeida Júnior (2015, p. 25), a mediação da informação é:

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

Mendonça, Feitosa e Dumont (2019) direcionam o papel bibliotecário e dos serviços da biblioteca como mecanismos para a mediação cultural. As bibliotecas podem, de acordo com Gomes (2024), tratar sobre responsabilidade social e ações coletivas para garantias dos direitos humanos e sociais, permitindo o desenvolvimento do protagonismo social. Para Gomes (2024, p. 230):

Os atos de mediação da informação devem ser refletidos, planejados, executados e avaliados à luz do empenho determinado e organizado em direção à valorização e ao fortalecimento da reciprocidade na construção de ações coletivas promissoras à expansão da perspectiva dos comuns, à conquista e manutenção dos seus direitos humanos e sociais.

Desse modo, a articulação entre mediação da informação, mediação cultural e promoção da dignidade menstrual sustenta-se no entendimento de que a biblioteca, para além de informar, atua na criação de condições institucionais e simbólicas para o reconhecimento de demandas sociais, o enfrentamento de estigmas e a promoção da dignidade.

Quando temas como a saúde menstrual são ignorados em debates sobre inclusão e acessibilidade, isso não é um "esquecimento", mas uma manifestação de um sistema que

naturaliza a ideia de que as necessidades das mulheres são irrelevantes. Não falar sobre a menstruação já é uma forma de falar sobre ela: a omissão demonstra preconceitos perpetuados no dia a dia (Unicef, 2021, p. 5). A menstruação, um processo fisiológico natural no corpo feminino, marca o início da puberdade e envolve sangramento devido à descamação do revestimento uterino, na ausência de fertilização. Apesar da sua condição natural, permanece envolta em mitos, tabus e estigmas, frequentemente abordada com constrangimento entre mulheres, especialmente na presença de pessoas do sexo masculino.

A misoginia se expressa de diversas maneiras, incluindo nas formas de silenciamento que cercam a menstruação. A maioria das pessoas que menstruam relatam mal-estar físico e mental durante o período, “vivenciando estresse e vergonha”, além do medo de que manchas ou odores sejam percebidos por outras pessoas, relatam Silvia Castro e Kristina Czura (2025). Até pelas palavras, conforme Maureen McHugh (2020, p. 410), percebe-se o peso do associado, pois “o uso de linguagem como “vazamentos” isolou o sangue menstrual como fora da norma aceitável” e “a menstruação não deve ser vista”. O preconceito associado ao tema favorecem seu tratamento indireto, frequentemente mediado por eufemismos e figuras de linguagem. Esse processo está ligado à censura e ao pudor historicamente impostos ao corpo feminino, que não apenas restringem a circulação pública de informações sobre o tema, mas também dificultam o reconhecimento de uma questão estrutural: a insuficiência (ou ausência) de políticas públicas voltadas à gestão do ciclo menstrual nas rotinas de quem menstrua.

Na atualidade, o aumento de pesquisas específicas sobre o tema tem contribuído para ampliar essa discussão, com enfoque na saúde menstrual e em seus desdobramentos sociais. Alana Munro *et al.* (2021) realizaram uma revisão sistemática que reuniu estudos sobre a experiência menstrual e seu impacto na vida estudantil de jovens universitárias. As publicações analisadas, que incluiu diferentes continentes e com abordagens tanto quantitativas quanto qualitativas, examinaram aspectos como manchas em roupas, vergonha, sintomas dolorosos, higiene, além de impactos na vida social, cultural e religiosa. McHugh (2020) relata que a sociedade, por meio de mensagens negativas sobre o corpo feminino e respostas desfavoráveis, associa a menstruação como algo negativo, e que a “conversa das mulheres sobre a menstruação é

frequentemente negativa por seu foco na dor, desconforto e mau humor” (McHugh, 2020, p. 409).

Para designar a falta de acesso aos recursos necessários à gestão da higiene nesse período, utiliza-se o termo pobreza menstrual. A Organização das Nações Unidas (ONU, 2021) reconheceu a pobreza menstrual como um problema de saúde pública e a carência de recursos como uma violação dos direitos humanos, por afetar diretamente a saúde, a educação e a dignidade de milhões de pessoas. De acordo com o Unicef (2021), a ausência de infraestrutura adequada e de informação também compromete a saúde, a educação e a qualidade de vida de mulheres e meninas. Diversas pesquisas realizadas em diferentes regiões apontam que a falta de acesso a produtos adequados leva à improvisação de meios para conter o sangramento e, em situações mais graves, o manejo inadequado pode ocasionar problemas de saúde, como “alergias, irritações, infecções e até condições mais graves que podem levar a óbito” (Unicef, 2021, p. 11).

A pesquisa de Viviane Oliveira *et al.* (2023), sobre o acesso e práticas de higiene na América Latina, citam que a negligência histórica, o silêncio e a etiqueta social marcam a descrição sobre o assunto em todos os espaços. A autora relata que a saúde menstrual assume significados diversos, conforme os modos de vida e contextos, sendo que:

Em geral, estão relacionados ao acesso a informações, aos suportes – materiais e simbólicos – para cuidar de seus corpos de acordo com suas necessidades particulares, ao diagnóstico, tratamento e cuidados oportunos para desconfortos e distúrbios relacionados ao ciclo menstrual, e a contextos positivos, respeitosos e livres de exclusão, discriminação, coerção ou violência [...] “as dificuldades de acesso a sanitários, água e materiais absorventes” levam muitas estudantes a faltarem às aulas (Oliveira *et al.*, 2023, p. 2).

Em estudo realizado por Castro e Czura (2025), em zonas rurais de Bangladesh, investigou mitos e processos de desinformação relacionados à menstruação. As autoras observaram que, nesse contexto, assim como em outras culturas, como as da Índia, Nepal, Fiji, Ilhas Salomão e Papua Nova Guiné, o sangue menstrual é considerado “sujo, tóxico ou impuro”. Ainda há quem acredite que “ver sangue menstrual pode trazer infertilidade e cegueira” (Garikipati; Boudot,

2017 *apud* Castro; Czura, 2025), e “má sorte aos homens” (Mohamed *et al.*, 2018 *apud* Castro; Czura, 2025). Em algumas regiões, existem restrições quanto ao banho, rezar, cozinhar, atender convidados e outras atividades sociais, relatam as autoras.

Situações semelhantes ocorrem na Zâmbia, conforme descrito por Anne Mutunda Lahme, Ruth Stern e Diane Cooper (2016), onde estudantes relataram estresse constante e vergonha. Em casa, elas não podiam mencionar a menstruação na presença de homens e precisavam ocultar qualquer aspecto relacionado, como esconder os absorventes. As estudantes também apontaram as humilhações e zombarias por parte de professores e colegas do sexo masculino, tanto em razão de vazamentos quanto pelo fato de absorventes serem vistos em suas bolsas (Lahme; Stern; Cooper, 2016, p. 5). Imersas em uma cultura de silêncio, sequer podiam queixar-se dessas situações em casa. Como consequência, muitas optavam por não ir à escola e não conseguiam recuperar o conteúdo perdido. Os mesmos relatos ocorreram em outras regiões africanas e asiáticas, em que meninas preferiam ficar em casa e faltas às aulas (Lahme; Ster; Cooper, 2016, p. 2).

Movimentos voltados à promoção da saúde menstrual e ampliação do debate público sobre o tema têm conquistado espaço em alguns países. Nos Estados Unidos, alguns estados concederam isenção fiscal para produtos de higiene menstrual. No México, foi aprovada, em 2021, uma lei que obriga as escolas a fornecerem esses produtos gratuitamente. No Brasil, em 2022, também foi sancionada uma lei destinada à oferta de absorventes e outros itens de cuidado menstrual a estudantes de baixa renda, mulheres em situação de rua e à população carcerária (Menstrual Health, 2022).

Mais do que um evento biológico pontual, trata-se de uma experiência cíclica que pode envolver desconfortos físicos, emocionais e sociais em diferentes momentos. Em contextos nos quais faltam produtos adequados, infraestrutura sanitária mínima e acolhimento institucional, a experiência menstrual deixa de ser apenas uma condição corporal e passa a operar como fator de desigualdade. Nessas circunstâncias, o esforço para lidar com vazamentos, dores, medo de exposição e necessidade de ocultamento afetam a concentração, a autoestima e a participação plena na vida universitária. A negligência institucional em relação

à dignidade menstrual não representa um simples vazio assistencial, mas a reprodução de barreiras que naturalizam o sofrimento e restringem o direito de permanência em condições dignas.

Witt e Silva (2024) assinalam que os princípios da Ciência Aberta e da Ciência Cidadã, quando incorporados ao contexto das bibliotecas universitárias, reforçam a importância de práticas informacionais participativas e sensíveis às realidades sociais, capazes de promover equidade e fortalecer a função social da biblioteca. Nessa perspectiva, questões que afetam diretamente a permanência, o bem-estar e a participação de estudantes no ambiente acadêmico não podem permanecer à margem das ações institucionais. Ao contrário, é possível e necessário que tais temas sejam enfrentados no interior das instituições de ensino. Como discutem Bezerra e Cavalcanti (2020), a comunicação abre caminhos para a ressignificação de práticas e discursos socioculturais. Desse modo, o compromisso da biblioteca com a Ciência Aberta e a Ciência Cidadã não se restringe à simples disponibilização de recursos informacionais, mas envolve também a criação de espaços de escuta, diálogo e acolhimento, nos quais a mediação da informação se realiza como prática socialmente comprometida.

3 MATERIAIS E MÉTODOS PARA REALIZAÇÃO DA CAMPANHA

Este estudo trata-se de um relato de experiência, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, centrado na campanha desenvolvida pela Biblioteca CSL, no ano de 2022, no contexto das campanhas anuais promovidas pela unidade, já reconhecidas pela comunidade acadêmica, especialmente pelos discentes. O corpus empírico foi constituído pelos registros administrativos, por critérios operacionais definidos para quitação de débitos, pelos registros efetuados no sistema de gerenciamento da biblioteca, pelos materiais de divulgação utilizados e pelas observações relacionadas à distribuição e à reposição dos produtos de higiene menstrual. Os materiais e métodos para realização da campanha foi organizada da seguinte forma:

a) **Período de realização:** 20 de junho, com encerramento previsto para 31 de julho de 2022;

b) **Condições para participação:** estabeleceu-se a entrega de absorventes descartáveis e reutilizáveis, calcinhas absorventes e coletores menstruais, todos em embalagens originais e lacradas;

c) **Correspondência de valores:** a quantidade de itens entregue deveria corresponder ao valor da taxa devida, não sendo permitida a conversão de excedentes em crédito para campanhas futuras nem sua transferência para quitação de débitos de terceiros. A equivalência monetária dos produtos foi definida com base nos preços vigentes no comércio local, apresentadas no Quadro 1;

Quadro 1 – Valores dos produtos para pagamento das taxas

Produtos	Valores em R\$
8 unidades	5,00
16 unidades	10,00
30 unidades ou mais	20,00
Calcinhas absorventes e coletores	40,00

Fonte: elaboração própria, 2026.

d) **Divulgação:** a campanha foi divulgada por meio das redes sociais do *campus* e da biblioteca, da comunicação direta no Setor de Referência e de cartazes afixados em locais estratégicos; com a adesão dos outros *campi*, foi divulgada também nos canais de comunicação da instituição;

e) **Registro das operações:** o recebimento de material e abatimento de taxas foram registradas de forma sistemática no sistema de gerenciamento da biblioteca, com vistas à rastreabilidade e ao atendimento de eventuais auditorias. Para isso, adotaram-se as etapas descritas no Quadro 2;

Quadro 2 – Etapas para o gerenciamento no sistema

Etapas	Procedimento
1	Verificar, no registro digital de usuários, o valor devido
2	Conferir a integridade das embalagens dos produtos entregues
3	Calcular o valor conforme o tipo e a quantidade de itens recebidos, com base na tabela de equivalência
4	Registrar a operação de quitação no sistema da biblioteca, informando o valor e a identificação dos produtos

Fonte: elaboração própria, 2026.

f) Distribuição dos produtos: na primeira semana da campanha, formou-se estoque suficiente para a disponibilização ampla e irrestrita dos produtos. Os itens foram organizados em pequenas caixas, com cerca de dez unidades, e colocados sobre as pias dos banheiros femininos. Com o aumento das arrecadações, a distribuição foi ampliada para outros prédios do campus;

g) Reposição: o consumo era monitorado pela equipe de limpeza, que repassava as informações sobre a demanda ao Setor de Referência visando a reposição imediata para acesso contínuo e irrestrito aos produtos.

A análise dos impactos da campanha foi realizada de forma descritiva e interpretativa, buscando evidenciar as etapas de planejamento, execução, distribuição e desdobramentos da campanha.

4 RESULTADOS E IMPACTOS DA CAMPANHA

Embora muitas ações sociais nessa área se concentrem na pobreza menstrual e priorizem o atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, a campanha desenvolvida no CSL foi concebida para disponibilizar produtos de forma irrestrita. A proposta partiu do reconhecimento de que a menstruação, embora possa ser antecida por sintomas como

cólicas e inchaço, nem sempre é previsível. Soma-se a isso o fato de que a indisponibilidade momentânea de produtos, a impossibilidade de adquiri-los a tempo ou a ocorrência de fluxo mais intenso do que o esperado podem atingir qualquer pessoa que menstrua, independentemente de sua condição socioeconômica. Em consonância com uma compreensão ampliada da sororidade e com as tendências de promoção da dignidade menstrual, a campanha reconheceu o acesso a produtos como uma necessidade universal. Por isso, sua disponibilização foi direcionada de forma irrestrita a estudantes, servidoras, colaboradoras terceirizadas e demais usuárias dos banheiros femininos do campus, ampliando o alcance e o impacto da iniciativa.

Embora houvesse receio inicial de que o acesso irrestrito aos produtos pudesse levar à retirada excessiva por uma única pessoa, a observação sistemática demonstrou o contrário: o consumo gradual. A equipe de limpeza não relatou episódios de esvaziamento rápido dos estoques, o que sugere que o caráter sociocultural da ação favoreceu a adesão a práticas solidárias de uso. Tal resultado reforça a relevância de estratégias mediadas pela biblioteca e sustentadas pela confiança, pela transparência e pela corresponsabilidade no ambiente universitário. Além disso, foram recorrentes as contribuições espontâneas de pessoas que sequer possuíam pendências junto à biblioteca, inclusive após o encerramento da campanha, o que evidencia não apenas um movimento de solidariedade e engajamento coletivo, mas também o reconhecimento da relevância de políticas institucionais de caráter inclusivo.

A equipe do Setor de Referência da Biblioteca CSL, composta exclusivamente por mulheres, recebeu com hesitação a informação sobre o objeto da nova edição da campanha, diante da necessidade de tratar abertamente com os estudantes sobre as condições da ação. Tal reação é compreensível, uma vez que envolve um tema historicamente invisibilizado e estigmatizado, o que evidencia a existência de barreiras comunicacionais em torno da saúde menstrual. Com o decorrer das interações, contudo, o constrangimento diminuiu, indicando que o contato cotidiano contribuiu para naturalizar o diálogo sobre o tema no espaço bibliotecário.

A experiência, nesse sentido, se materializa na compreensão de que a mediação da informação e a mediação cultural se concretizam tanto nas práticas de atendimento quanto nas dinâmicas

internas da instituição, conforme relatado por Almeida Júnior (2015), Santos Neto e Almeida Júnior (2017) e Gomes (2024).

A receptividade à campanha apresentou diferenças perceptíveis entre os gêneros. Estudantes do sexo masculino, inicialmente, demonstraram preferência por manter a quitação via GRU, mesmo diante de alternativas financeiramente e operacionalmente mais vantajosas. Essa postura sugere a persistência do estigma e de certo distanciamento cultural em relação ao tema entre os homens. Em contrapartida, as estudantes demonstraram maior receptividade e compreensão imediata dos benefícios práticos e simbólicos da iniciativa. Ao longo da campanha, entretanto, observou-se uma mudança gradual no comportamento do público masculino, que passou a fazer perguntas, buscar esclarecimentos e interagir com maior naturalidade em relação aos produtos, o que pode ser interpretado como indício de redução do tabu e de evidência do papel educativo da ação.

A comunicação dos estudantes com o pessoal da biblioteca, com comentários e questionamentos, como: *“Onde vende mais barato?”*, *“Posso pagar com um pacote de dezesseis e um de oito?”*, *“Pedi minha mãe para comprar para mim e meu irmão ficou rindo”*, ou ainda: *“Eu comprei esse aqui. Tem problema?”* (referindo-se a protetores de calcinha e lenços umedecidos de higiene íntima) revela uma mudança gradual no comportamento e normalização de temas que possivelmente não faziam parte de seu dia a dia. Trata-se da quebra de tabus, em que a liberdade de ver, ouvir e falar “sem o enrubescer das faces” tornou mais leve a rotina de quem menstrua.

A prática também alterou a dinâmica do atendimento no Setor de Referência da Biblioteca CSL. Com a naturalização do assunto, a postura aberta e acolhedora da equipe da biblioteca favoreceu um ambiente de diálogo e confiança, o que permitiu que algumas estudantes compartilhassem necessidades específicas, como a solicitação de mais unidades para levar pra casa. Esses elementos reforçam a contribuição da ação na mediação cultural e para a construção de um ambiente institucional mais inclusivo. Nesse sentido, a participação da equipe de limpeza no monitoramento e reposição dos itens também favoreceu uma dinâmica colaborativa, fortalecendo o senso de trabalho em equipe e responsabilidades compartilhadas.

Em razão da ampla aceitação, a campanha foi prorrogada até dezembro do mesmo ano, com o objetivo de formar estoque para a continuidade da distribuição. Com a quantidade arrecadada, foram doados dezenas de pacotes de absorventes para organizações de assistência social da cidade e, em 2024, destinou uma remessa para auxiliar as vítimas das enchentes em Porto Alegre (RS).

Este relato de experiência evidencia, em plano empírico, como a mediação da informação pode desdobrar-se em mediação cultural, ao transformar uma necessidade básica e urgente, porém ignorada e invisibilizada em objeto de ação institucional, diálogo e reconhecimento no espaço universitário.

Nas campanhas subsequentes da Biblioteca CSL, além dos produtos de higiene menstrual, que passaram a integrar de forma permanente o rol de itens aceitos, foram incluídos também desodorante *spray* e creme dental. Esses dois últimos passaram a ser disponibilizados também nos banheiros masculinos da biblioteca. Após o fim do período de campanha, quando os estoques se reduziam, os itens deixavam de ficar disponíveis nos banheiros e passavam a ser entregues no balcão de atendimento. A partir daí, começaram a surgir situações mais descontraídas: as alunas passaram a solicitar absorventes sem constrangimento, mesmo diante de outras pessoas. De modo semelhante, no caso dos desodorantes *spray*, de uso compartilhado, os estudantes pediam o frasco para aplicar no banheiro e depois devolvê-lo; os mais desinibidos e apressados, porém, usavam ali perto do balcão mesmo, em suas palavras: “para agilizar”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não seja possível afirmar que a iniciativa tenha despertado empatia ou sensibilizado as pessoas sobre os problemas enfrentados por quem menstrua, pelo menos a simples presença de produtos de higiene menstrual em seu caminho, as forçou a olhar para uma questão sobre a qual antes não se faziam perguntas. O contato visual e físico, ainda que ocorresse em um contexto de “negociação financeira”, tornou a menstruação real e tangível na vida de pessoas até então alheias aos assuntos relacionados ao corpo feminino.

O papel das bibliotecas como agentes de inclusão pode, assim, ser repensado a partir de alternativas de gestão de acervos que ultrapassem a prestação tradicional de serviços. O engajamento e a mudança no comportamento da comunidade acadêmica evidenciaram que a campanha, para além de viabilizar a regularização de pendências para viabilizar o acesso a materiais informacionais e a trâmites administrativos, atuou ativamente no debate e promoção da dignidade menstrual e se configurou como prática de inclusão e mediação cultural da informação, ao desafiar o silêncio historicamente imposto às mulheres. Construir, nas universidades, uma cultura de atenção a questões aparentemente “individuais” ou restritas a um gênero ou classe constitui, na verdade, parte de um processo coletivo de enfrentamento de desigualdades historicamente naturalizadas. Os princípios da Ciência Aberta e da Ciência Cidadã não se limitam ao acesso a publicações, mas podem ser incorporados às práticas cotidianas das bibliotecas.

Do ponto de vista da gestão de acervos, este relato serve de referência para alternativas ao modelo punitivo/educativo tradicional, que reproduz desigualdades e contradições entre o direito de acesso e o dever da preservação patrimonial. A experiência demonstra que é possível adaptar normas e políticas de circulação, incorporando formas mais amenas, menos burocráticas e com retorno simbólico e prático para a comunidade, tema cada vez mais presente no debate contemporâneo da Biblioteconomia.

A iniciativa alinhou-se, ainda, aos princípios da Ciência Aberta e da Ciência Cidadã, conforme apontado por Witt e Silva (2024), ao evidenciar que práticas sensíveis às realidades sociais podem favorecer a equidade de acesso e fortalecer a função social da biblioteca, ao facilitar a permanência e a participação de estudantes nos espaços de ensino e pesquisa.

Este estudo apresenta limitações por se tratar do relato de uma experiência desenvolvida na Biblioteca CSL, cujos achados refletem as dinâmicas de uma comunidade específica. As análises baseiam-se em registros documentais e nas percepções da equipe envolvida na gestão da campanha, o que pode introduzir vieses interpretativos. Ainda assim, tais limites não comprometem a relevância dos resultados e impactos, que oferecem subsídios para reflexões e

ações mais amplas no campo da inclusão, da mediação da informação e da responsabilidade social em bibliotecas.

Além disso, o estudo aponta para a necessidade de futuras investigações e aprimoramentos, especialmente no que se refere à ampliação do alcance inclusivo da ação, considerando que a população que menstrua também inclui homens trans e pessoas não binárias, que podem não utilizar os banheiros femininos. Nesse sentido, o atendimento a esse grupo também se apresenta como demanda de inclusão, mas requer estudos específicos e estratégias institucionais específicas.

Por fim, conclui-se que a experiência demonstrou que a dignidade menstrual, quando assumida como demanda institucional, permite observar de forma concreta a articulação entre mediação da informação e mediação cultural, uma vez que a biblioteca atua simultaneamente no acesso a recursos, na ressignificação de discursos e na promoção de inclusão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo. **Mediação da informação**: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo; SILVA, Rovilson (org.). *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: ABECIN, 2015.

BEZERRA, Arthur Coelho; CAVALCANTE, Luciane F. B. Mediação cultural da informação para o reencantamento do mundo. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 25, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e72831>. Acesso em: 30 maio 2025.

CASTRO, Silvia; CZURA, Kristina. Cultural taboos and misinformation about menstrual health management in rural Bangladesh. **World Development**, [S. l.], v. 188, 2025. Disponível em: [sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X24003425](https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X24003425). Acesso em: 2 jun. 2025.

GOMES, Henriette Ferreira. O comum, a mediação da informação e o protagonismo social: interdependências para um mundo de preservação, igualdade e fraternidade. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 9, n. 2, p. 226-241, 21 jan. 2024. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/253812>. Acesso em: 9 maio 2025.

LAHME, Anne Mutunda; STERN, Ruth; COOPER, Diane. Factors impacting on menstrual hygiene and their implications for health promotion. **Global Health Promotion**, Saint-Denis, v. 25, n. 1, p. 54–62, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27380769/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MCHUGH, Maureen C. Menstrual shame: exploring the role of ‘menstrual moaning’. In: BOBEL, C. *et al.* (ed.). **The palgrave handbook of critical menstruation studies**. Singapore: Palgrave Macmillan, 2020. Disponível em: www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK565666/. Acesso em: 30 jun. 2025.

MENDONÇA, Ismael Lopes; FEITOSA, Luiz Tadeu; DUMONT, Lígia Maria Moreira. Por uma relação cultural com a informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 12, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/498>. Acesso em: 9 maio 2025.

MENSTRUAL HEALTH: a neglected public health problem [Editorial]. **Lancet Regional Health: Americas**, [S. l.], v. 15, p. 100399, 2022. Disponível em: [www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(22\)00216-2/fulltext](http://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(22)00216-2/fulltext). Acesso em: 3 dez. 2025.

MUNRO, Alana K. *et al.* A systematic review of the menstrual experiences of university students and the impacts on their education: a global perspective. **PloS One**, [S. l.], v. 16, n. 9, p. e0257333, 2021. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0257333>. Acesso em: 2 maio 2025.

OLIVEIRA, Viviane Caroline *et al.* Acesso e práticas de higiene menstrual na América Latina: revisão de escopo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 31, p. 4030–4030, 2023. Disponível em: revistas.usp.br/rlae/article/view/217612. Acesso em: 2 maio 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Dignidade Menstrual: Recomendações para Políticas Públicas**. Brasília: UNFPA, 2021. Disponível em: www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/2024/dignidademenstrual. Acesso em: 30 jun. 2025.

SANTOS NETO, J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo. O caráter implícito da mediação da informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 253–263, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/92037>. Acesso em: 30 ago. 2025.

UNICEF. **Fundo de População das Nações Unidas**. Menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos. [S. l.]: Unicef, 2021. Disponível em:

www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos. Acesso em: 30 jun. 2025.

WITT, Amanda Santos; SILVA, Fabiano Couto Corrêa. Ciência Cidadã em Bibliotecas: práticas e possibilidades. **AtoZ**, Curitiba, v. 13, p. 1-11, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/89422>. Acesso em: 25 ago. 2025.

NOTAS E CRÉDITOS DO ARTIGO

Agradecimentos: não se aplica.

Financiamento: não se aplica.

Conflitos de interesse: não se aplica.

Aprovação ética: não se aplica.

Manuscrito publicado como preprint: não se aplica.

Contribuições dos autores:

A. L. S. Araújo foi responsável pela concepção do estudo, conceitualização, definição da metodologia, coleta de dados/ investigação, curadoria de dados, análise dos dados, discussão dos resultados, elaboração do rascunho original, revisão e edição final, além da supervisão e administração do projeto. L. A. Anastácio contribuiu na conceitualização, curadoria de dados, análise dos dados, discussão dos resultados, visualização (gráficos, tabelas e outros) e revisão e edição final.

Publicador

Universidade Federal de Lavras (UFLA). As ideias expressas neste artigo são de responsabilidade de sua autoria, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.